

A Sede do Banco de Portugal



Reabilitação e Restauro



A Sede do Banco de Portugal
Reabilitação e Restauro

Banco de Portugal
Av. Almirante Reis, 71
1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

DSA Área de Documentação Edições e Museu
Área de Gestão de Instalações e Património
GAB Gabinete de Comunicação Institucional

Design, impressão e distribuição
Serviço de Edições e Publicações

Lisboa, outubro 2012

Tiragem

250 exemplares

ISBN 978-989-678-145-3

Depósito Legal n.º 342779/12

A Sede do Banco de Portugal

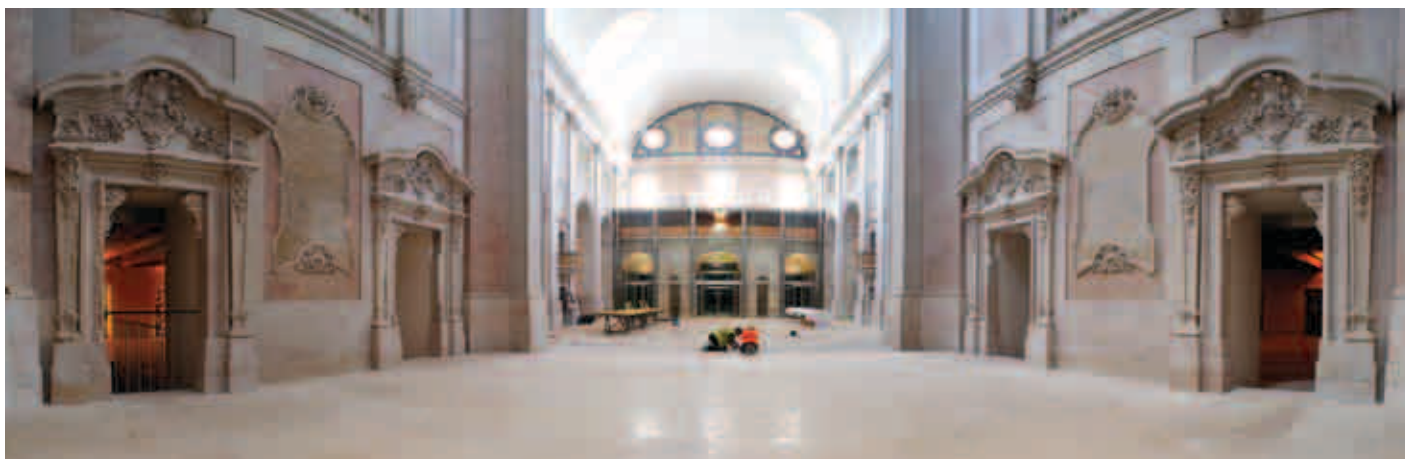


Reabilitação e Restauro



Índice

- 3** **Cronologia do projeto**
- 5** **A obra de reabilitação e restauro da Sede do Banco de Portugal**
Razões para intervenção no edifício
- 7** **Empreitada**
Adjudicação da empreitada geral
- 8** **Estruturas**
Projeto de estruturas
- 11** **Arquitetura**
Projeto de arquitetura
- 12** **Restauro**
Recuperação da antiga Igreja de São Julião
- 15** **Muralha**
Preservação e musealização da Muralha de D. Dinis, património nacional
- 16** **Museu**
Instalação do Museu do Dinheiro na antiga Igreja de São Julião
- 19** **Arqueologia**
- 20** **História do edifício**
- 22** **Igreja de São Julião**
O Banco e a antiga Igreja de São Julião
- 23** **A obra da Sede em números**



Cronologia

- 2004 | O Banco de Portugal reinicia análise das obras necessárias para reforçar a estrutura da sede, dando **cumprimento aos eurocódigos sobre resistência sísmica e eficiência energética**, à legislação sobre segurança contra incêndios e à implementação de medidas de prevenção de inundações e ciclones.
- 2006 set. | **O Comissariado para a Reabilitação da Baixa/Chiado propõe ao Banco de Portugal a integração da sua sede no denominado reforço do centro financeiro integrado localizado na Baixa.** O Banco manifesta disponibilidade para, em conjugação com a execução das obras, instalar o futuro Museu do Dinheiro no espaço correspondente à antiga Igreja de São Julião.
- 2007 jan. | **Início do processo** de selecção do gabinete projetista para a reabilitação e restauro da sede e da antiga Igreja de São Julião.
- 2007 set. | Início do projeto adjudicado ao gabinete do arquiteto Gonçalo Byrne.
- 2008 jan. | Entrega de Pedido de Informação Prévia (PIP) na Câmara Municipal de Lisboa (CML).
- 2008 mar. | Apresentação do projeto ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.
- 2008 abr. | No quadro do protocolo de colaboração entre IGESPAR, DGCLVT e CML, esta última entrega ao Banco de Portugal a apreciação dos estudos desenvolvidos até então.
Entrega na CML do Projeto de Licenciamento de Arquitetura.
- 2008 nov. | CML comunica aprovação do Projeto de Licenciamento de Arquitetura.
- 2008 dez. | Entrega na CML dos Projetos de Licenciamento das especialidades.
- 2009 abr. | Início do processo de seleção da empresa para a execução da empreitada geral de reabilitação e restauro.
- 2009 jul. | Aprovação dos Projetos de Licenciamento das especialidades pela CML.
- 2009 dez. | Adjudicação à HCI da empreitada geral de reabilitação e restauro.
- 2010 fev. | Serviços do Banco são transferidos da Sede para o Edifício Portugal.
- 2010 mar. | Consignação da empreitada.
- 2010 jul. | Confirmação pelo IGESPAR da existência no subsolo do saguão da muralha de D. Dinis. Foi determinada a impossibilidade de proceder à respetiva demolição, por se tratar de Monumento Nacional, e a suspensão de todos os trabalhos inerentes à construção em curso no local, até se encontrar solução de projeto que incluísse aquela existência.
- 2010 ago. | Detecção de parte da primitiva cabeceira do altar-mor. O IGESPAR determina suspensão dos trabalhos e a preservação dos elementos encontrados, por se tratar de existências arqueológicas notáveis.
- 2010 dez. | IGESPAR viabiliza alterações ao projeto e autoriza o reinício dos trabalhos.
- 2012 ago. | Conclusão dos trabalhos.
- 2012 set. e out. | Reocupação do edifício.
- 2013 | Abertura do Museu.

Θ

Planta topográfica da cidade de Lisboa
segundo o novo alinhamento dos arquitetos
Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (1758)





A obra de reabilitação e restauro da Sede do Banco de Portugal

Razões para intervenção no edifício

No início do século XXI, o Banco de Portugal retoma a história da sede da Rua do Comércio e dota as suas áreas de serviço de condições de segurança e funcionalidade. Ao mesmo tempo, o Banco oferece à comunidade o Museu do Dinheiro, um espaço cultural e aberto no lugar da antiga Igreja de São Julião.

O edificado que constitui o quarteirão onde está instalada a Sede do Banco de Portugal resultou da progressiva integração de um conjunto de oito edifícios e da antiga Igreja de São Julião, que o Banco foi adquirindo entre 1868 e 1933. Embora a fachada exterior aparente um conjunto homogêneo, as sucessivas alterações introduzidas no interior dos edifícios, decorrentes da evolução das necessidades funcionais do Banco e da sequente integração dos diferentes imóveis, levaram a uma progressiva debilidade estrutural do edifício, impondo-se uma urgente reabilitação.

A solução de uma recuperação estrutural surgiu com o reconhecimento de que se tornava impossível prosseguir com soluções temporárias e setoriais.

A decisão para a reabilitação e restauro do edifício da Sede do Banco de Portugal foi tomada em 2007, tendo em conta várias necessidades, que foram contempladas na empreitada:

- A reabilitação geral do edifício, incluindo o seu reforço estrutural;
- O cumprimento dos eurocódigos em termos de resistência antissísmica e proteção contra incêndios;
- A adoção de vários dispositivos de segurança e de saídas de emergência;
- A otimização das soluções energéticas do edifício;
- A instalação do Museu do Dinheiro do Banco.



Projeto de Reabilitação da Baixa/Chiado

A instalação do museu do Banco insere-se no projeto da Câmara Municipal de Lisboa de revitalização da Baixa-Chiado.

Em setembro de 2006, o Comissariado para a Reabilitação da Baixa/Chiado propôs o reforço do centro financeiro integrado ali localizado – do qual faz parte a Sede do Banco de Portugal – como contributo importante para a reabilitação daquela área. Esse reforço implica a manutenção dos centros de decisão das instituições financeiras sediadas na Baixa-Chiado, conjugada com a criação de áreas para fruição pública, como salas para exposição de coleções de arte e outros espaços culturais.

Neste contexto, o Banco de Portugal manifestou disponibilidade para, em conjugação com as obras necessárias à reabilitação e restauro do edifício da sua sede, instalar o futuro Museu do Dinheiro no espaço correspondente à antiga Igreja de São Julião.

ⓐ

Apoio de viga de madeira
fortemente deteriorado



Empreitada

Adjudicação da empreitada geral

A adjudicação da empreitada geral de obras para reabilitação e restauro da Sede do Banco de Portugal foi efetuada, tendo em consideração o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), através de procedimento por ajuste direto. Nove empresas foram convidadas pelo Banco a participarem no procedimento. A escolha da empresa baseou-se no critério do mais baixo preço.

A adoção deste mecanismo de contratação resultou do facto de terem sido considerados secretos os contratos e os procedimentos pré-contratuais de empreitadas relativas ao edifício Sede do Banco de Portugal, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 24.º, n.º 1, do CCP.

As razões que determinaram essa decisão estão relacionadas com o facto de as instalações em causa se destinarem a atividades de um banco central, guarda de valores e apoio à distribuição de numerário pelo sistema bancário. Pela sua natureza, estas atividades estão sujeitas a critérios de segurança e de confidencialidade que têm de ser salvaguardados.



Ficha do Projeto

Projeto de Arquitetura: Arquitetos Gonçalo Byrne e Falcão de Campos

Projeto de Estruturas e Fundações: Equipa do Gabinete A2P, coordenada pelos Eng.ºs João e Vasco Appleton

Projeto de Águas e Esgotos: Grade Ribeiro

Projeto de Instalações Elétricas: Joule

Projeto de Instalações Mecânicas: Galvão Teles

Projeto de Instalações de Segurança: Joule

Empreitada geral: HCI, Construções

Equipamentos de segurança: Gunnebo e Omnistal

Restauro: CaCo3, sob a coordenação da Dra. Teresa Silveira

Arqueologia: Arquehoje, sob a orientação do Dr. Artur Rocha



Valor do investimento no período de 2007 a 2013

Projetos: 1.990.000€ + IVA

Empreitada geral: 19.840.000€ + IVA

Trabalhos adicionais: 990.000€ + IVA

Equipamentos de segurança: 2.130.000€ + IVA

Atualização de preços: 850.000€ + IVA

Licenças, Sondagens, Ensaios, Fiscalização e Higiene/Segurança: 750.000€ + IVA

Encargos decorrentes da descoberta da Muralha Dionisina e primitiva cabeceira do altar-mor: 1.380.000€ + IVA

Museu: 6.000.000€ + IVA (previsão)

Total: 33.930.000€ + IVA

Nota: As contratações relacionadas com a execução da obra encontram-se publicitadas no Portal dos Contratos Públicos (base.gov.pt)



Estruturas

Projeto de estruturas

A reabilitação e restauro da Sede do Banco de Portugal é um dos mais importantes projetos de engenharia de recuperação urbanística realizados na Baixa Pombalina. Ao longo dos cerca de 150 anos de vida do edificado da Sede do Banco, foram realizadas sucessivas intervenções que alteraram profundamente a filosofia estrutural e comprometeram a lógica de um comportamento tridimensional que as estruturas originais de frontal assegurariam. Com o reforço estrutural agora concretizado, o edificado estará preparado para resistir a um sismo similar ao de 1 de novembro de 1755.

O projeto de estruturas, a cargo do Gabinete A2P, foi uma das áreas de intervenção fundamentais, especialmente tendo em consideração a debilidade estrutural dos edifícios que, numa situação de catástrofe, poria em causa a segurança de pessoas e bens.

Diagnóstico

O levantamento e diagnóstico baseados em sondagens estruturais, desenhos e plantas do edifício que o Banco possuía permitiram verificar que:

- Os edifícios apresentavam condições muito distintas em termos de estruturas, tendo sido necessário um projeto com um grande grau de heterogeneidade no que respeita aos diferentes tipos de intervenção;
- Em dois dos edifícios, os andares do sótão e o imediatamente inferior estavam suportados em suspensão na estrutura do telhado, seguros por tirantes em vez de pilares. A ausência de pilares permitia a existência de salas mais amplas, mas constituía um risco;
- Na eventualidade de ocorrer um sismo de média intensidade (grau 7 na escala de Richter), as áreas com maior risco de desmoronamento seriam o edifício que alberga a Sala do Conselho, a Torre Sineira e o frontão da Igreja de São Julião, que tombaria para o exterior.

Intervenção

Após o diagnóstico, a equipa projetista definiu um programa de ação para tornar os edifícios compatíveis com os eurocódigos relativos à resistência sísmica. Esta intervenção garante que os edifícios tenham um comportamento idêntico, em termos de segurança de pessoas e bens, ao dos edifícios novos projetados segundo o eurocódigo 8 (código internacional de regulamentação de estruturas sismo-resistentes). Concretamente foram efetuadas as seguintes intervenções:

Torre Sineira

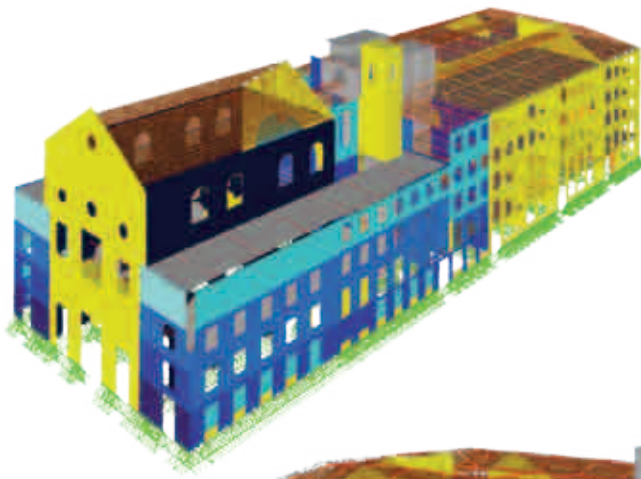
Foram colocadas vigas transversais com perfis metálicos e criados elementos estruturais ligados aos edifícios adjacentes. Depois deste reforço, a parte inferior da torre foi removida para acomodar o elevador do Museu do Dinheiro.

Edifícios-sacrifício

São dois edifícios contíguos à Igreja, nas alas norte e sul, que têm como objetivo ancorar o restante edificado. São assim designados porque foram demolidos e reconstruídos, mantendo-se apenas a fachada exterior. Aproveitando-se esta construção, foi criado um núcleo de betão armado assente em microestacas. Nestes edifícios foram concentrados vários polos técnicos: as centrais de climatização, alimentação elétrica ininterrupta, de incêndio e de segurança. Acomodam ainda as principais escadas que ligam os vários pisos e que funcionarão como caminhos de evacuação para as saídas de emergência.

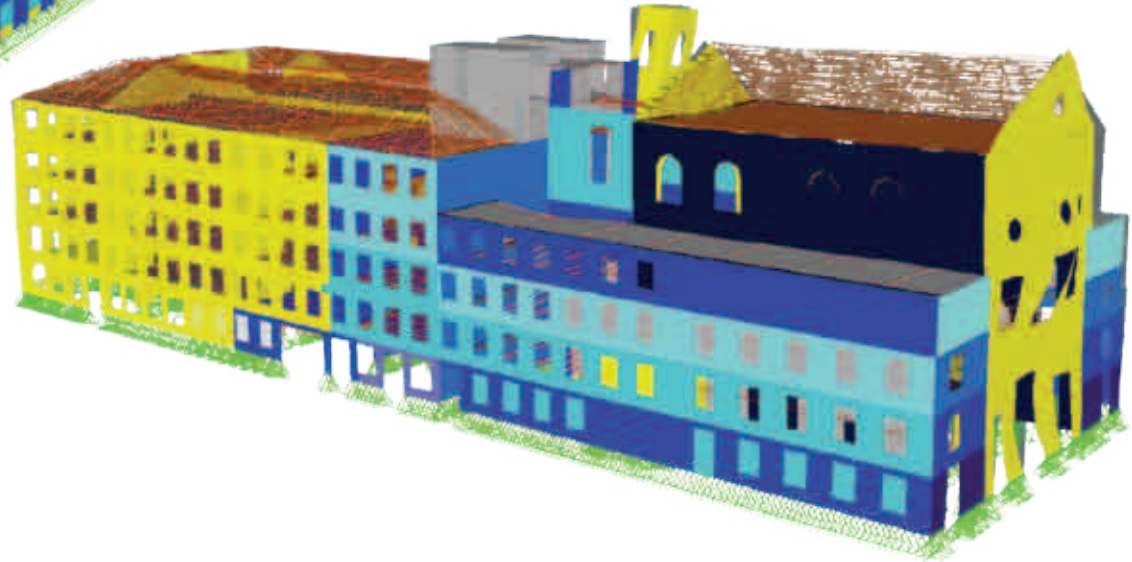
Reforço parietal

As paredes periféricas de alvenaria de pedra da antiga igreja e dos restantes edifícios foram reforçadas com lâminas de argamassa armada, assentes em microestacas, formando-se uma cinta mista envolvente para cumprir o eurocódigo 8.



Θ

Modelo estrutural representativo
dos elementos de fachada em maior risco
de colapso em caso de sismo de média
intensidade (amarelo)

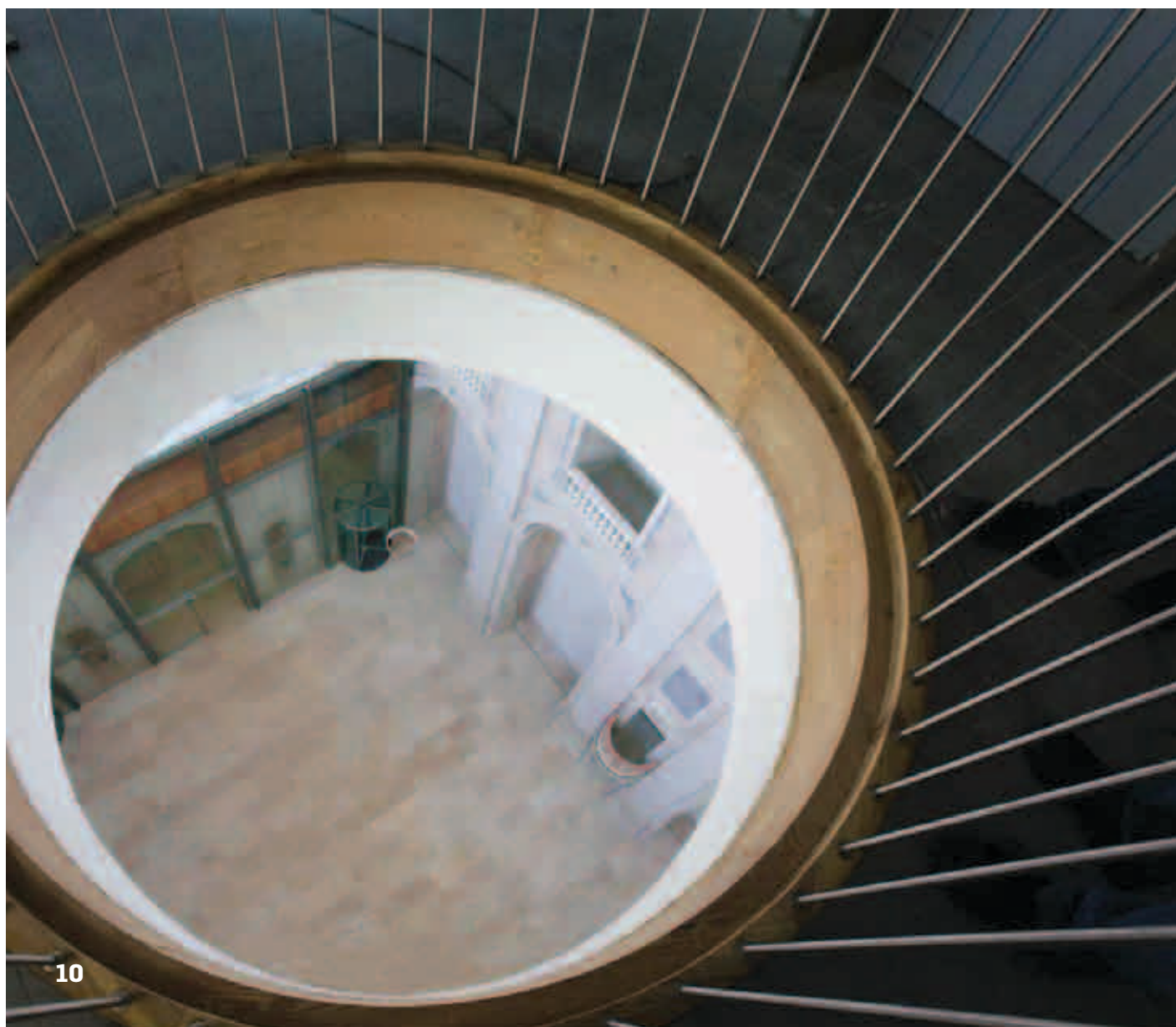


9



⊖

Corte longitudinal
pela nave lateral sul





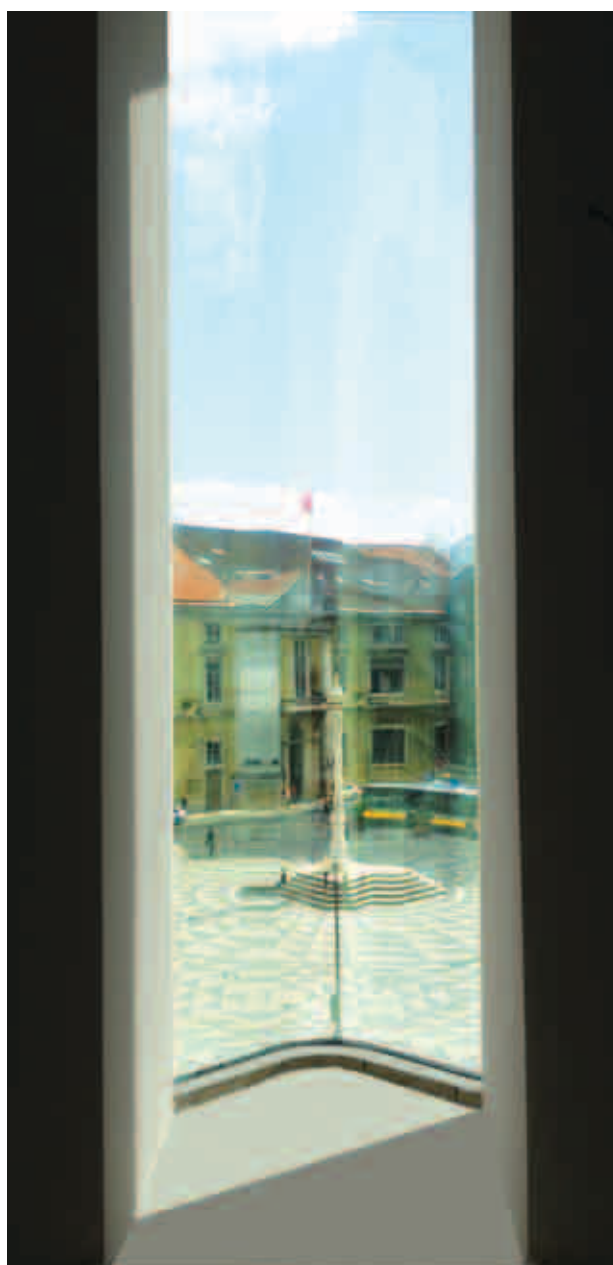
Arquitetura

Projeto de Arquitetura

A igreja foi integrada no edifício-quarteirão numa solução de continuidade, ou seja, prolongando-se as volumetrias contíguas e os elementos arquitetónicos (frisos, etc.). Outra alteração visível no exterior do edifício do lado da antiga igreja é a remoção do gradeamento, permitindo o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Os pilares em pedra de lioz, existentes na delimitação do espaço privado exterior, foram preservados, sublinhando a participação do edifício no espaço urbano.

Um dos pressupostos do projeto foi limitar a intervenção nas zonas administrativas existentes. No edifício criou-se um núcleo de salas de conferências e reuniões com capacidades e características distintas. Na Sala da Assembleia, onde decorrem habitualmente as conferências de imprensa, foram instaladas cabines de tradução simultânea. Na intervenção efetuada foram adotados vários dispositivos de segurança, reorganizadas as saídas de emergência e otimizadas as soluções energéticas do edifício.

No espaço da antiga Igreja de São Julião, onde será instalado o Museu do Dinheiro, funcionará também um auditório com capacidade para 100 pessoas, dotado de equipamento para a organização de conferências, eventos, apresentações de filmes ou pequenas *performances*. Toda a área da nave central da antiga igreja poderá ainda acolher exposições temporárias e outras iniciativas inseridas no âmbito da programação do Museu.



Pormenor de pintura em fase de restauro



Restauro

Recuperação da antiga Igreja de São Julião

As sucessivas intervenções concretizadas no século passado no espaço da antiga Igreja de São Julião desvirtuaram a sua morfologia e danificaram os seus paramentos, em cantaria de elevada qualidade. O Banco de Portugal preocupou-se em devolver a harmonia e a beleza àquele espaço, respeitando as evidências históricas que foram encontradas ao longo da obra.

O nível de degradação do interior da igreja colocou inúmeros desafios à equipa de restauro. Foram detetados danos nas paredes interiores das capelas laterais e na capela-mor, tendo sido conseguida uma importante recuperação da cantaria original. Em algumas cantarias, foram também identificados outros danos: fissuras, marcas de desgaste e lacunas de material.

Fases do restauro

A equipa do restauro recorreu a procedimentos de limpeza a seco, limpeza húmida, química e até mecânica, através de vibro-incisores e micro-abrasão. As cantarias da nave central da igreja foram objeto de limpeza profunda. Nas áreas de pintura mural em que havia vestígios de pintura original, foi feita uma reintegração pictórica (integração a aguarela) e, nas situações de lacunas extensas, as juntas foram preenchidas com argamassa de restauro colorida. Alguns elementos arquitetónicos, como os 72 balaústres, foram tratados em ateliê, para uma primeira reconstituição gráfica. Posteriormente, foram desinfestados, consolidados (por injeção nas lacunas), colmatadas as fissuras e alvo de integração pictórica.

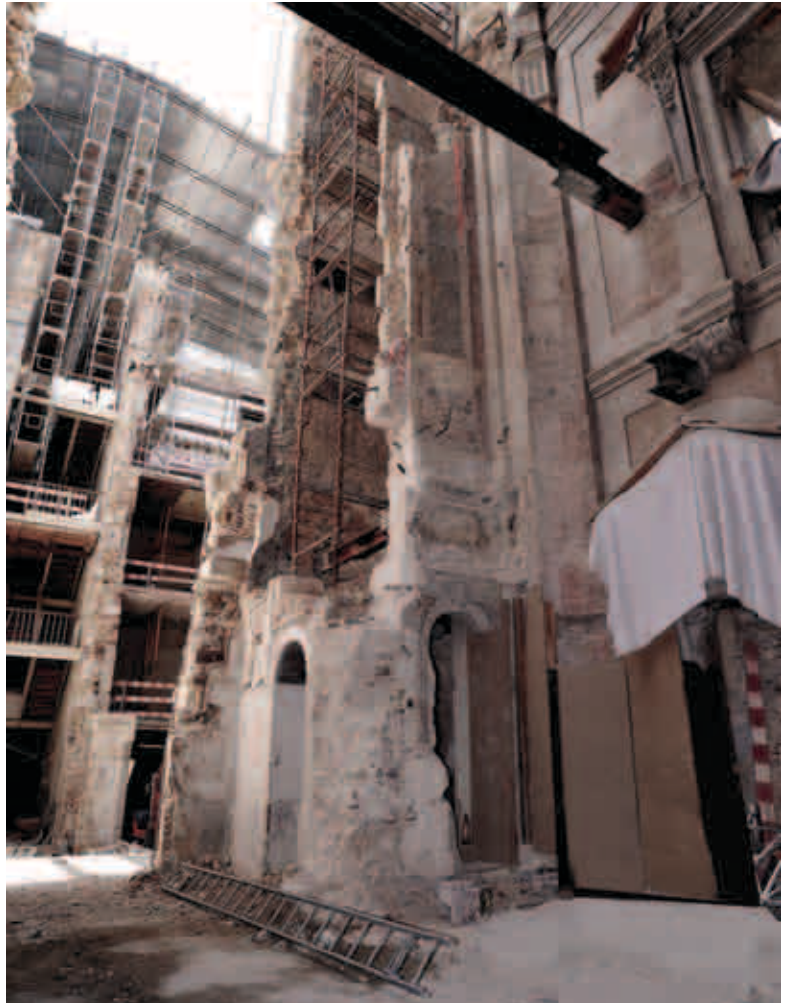
A descoberta do altar-mor

Após a demolição das antigas casas-fortes, foram resgatados vestígios do altar-mor primitivo da Igreja de São Julião, que ardeu em 1816. Estes vestígios foram restaurados e constituem um ponto de interesse para os futuros visitantes do museu.

Apagar números das pedras

Nos anos 70 do século XX, a antiga Igreja de São Julião esteve para ser transladada. Todas as pedras das suas paredes foram então numeradas sequencialmente, para permitir a reconstrução do edifício num novo local. A transladação acabou por não acontecer em virtude de alterações políticas, mas os números permaneceram inscritos nas pedras. Por esse motivo, um dos processos mais complexos levados a cabo pela equipa de restauro foi a remoção da tinta de cerca de 1800 números, utilizando solventes (decapante orgânico).

Primitiva cabeceira
do altar-mor







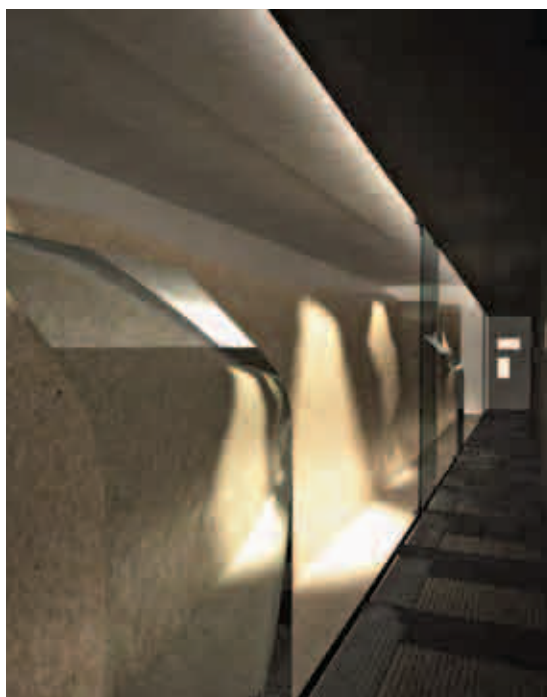
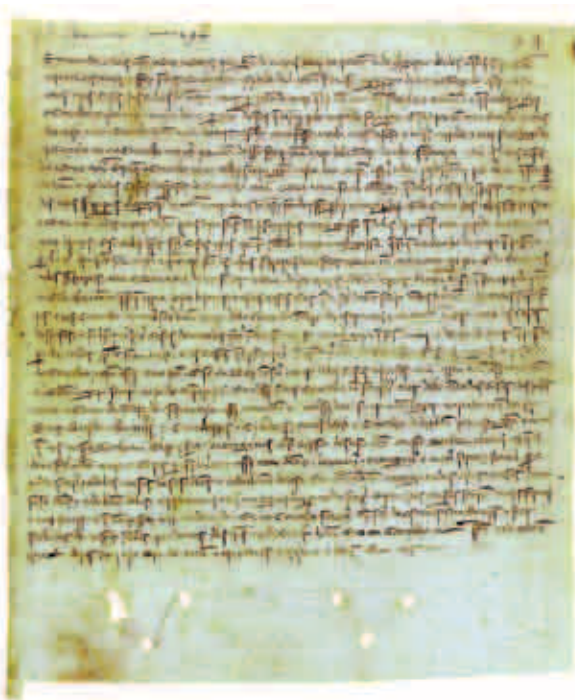
Muralha

Preservação e musealização da Muralha de D. Dinis, património nacional

No decurso das obras de reabilitação e restauro da sede e das escavações efetuadas, foi identificado um troço significativo da muralha de D. Dinis no subsolo do edifício. Construída para proteger a população dos ataques vindos do Tejo, a muralha teve também como objetivo estabilizar a zona, através do efeito de dique, para que se pudesse ganhar terreno ao rio.

Em virtude da classificação do achado como monumento nacional, e tendo em consideração o interesse histórico da muralha para a cidade e para o país, o Banco de Portugal optou pela respetiva musealização, integrando-a num núcleo de interpretação e, desta forma, assegurando a salvaguarda, a valorização, a divulgação e a criação de um sistema que garante o acesso de todos os visitantes ao monumento.

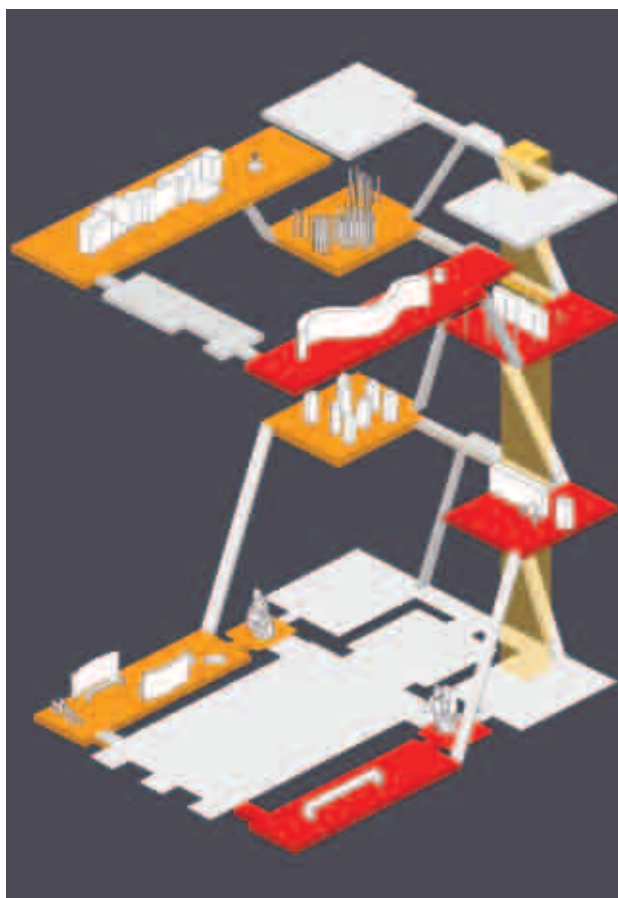
O propósito deste núcleo é facilitar a interpretação dos registos e achados arqueológicos que contextualizam o tramo de muralha, fazendo convergir na exposição diferentes narrativas – um rei, uma muralha, um devir histórico e a vida quotidiana de uma cidade medieval – de forma rigorosa, educativa e cativante.





Museu

Instalação do Museu do Dinheiro na antiga igreja



No espaço da antiga Igreja de São Julião será instalado o Museu do Dinheiro do Banco de Portugal, cuja abertura está prevista para 2013. O museu apresentará o tema do dinheiro, a sua história e a sua relação com as sociedades e com o indivíduo. A museografia, desenvolvida pelo designer de comunicação Francisco Providência, assenta em núcleos que percorrem a temática do dinheiro, apresentando as coleções numismática e notafílica do Banco, enquadradas por objetos e dispositivos virtuais de contextualização e revelando diferentes abordagens ao tema central: os artigos padrão pré-monetários, o dinheiro no mundo, a história do dinheiro ao longo dos séculos, o fabrico da nota e da moeda, testemunhos pessoais sobre o papel do dinheiro na vida contemporânea, etc.

Os núcleos distribuem-se pelas naves laterais da antiga Igreja de São Julião, em quatro pisos distintos. O museu vai oferecer ao visitante uma experiência marcadamente interativa, apresentando a coleção do Banco através de uma museografia não convencional, assente em tecnologia inovadora, na criação de ambientes surpreendentes e na participação do visitante na construção do conhecimento.

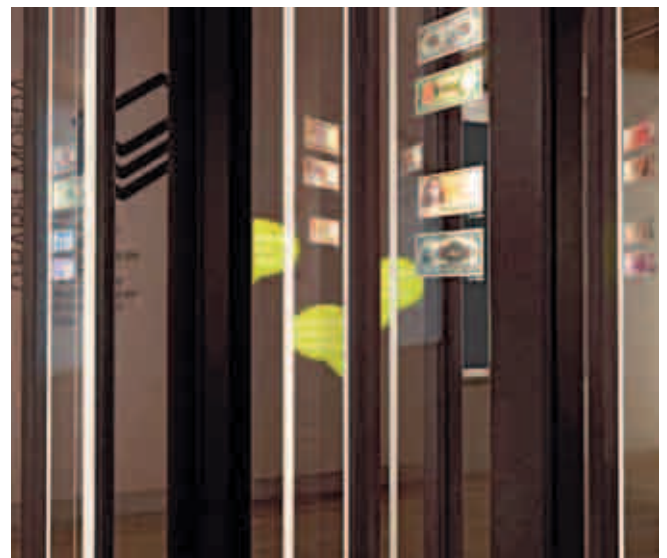
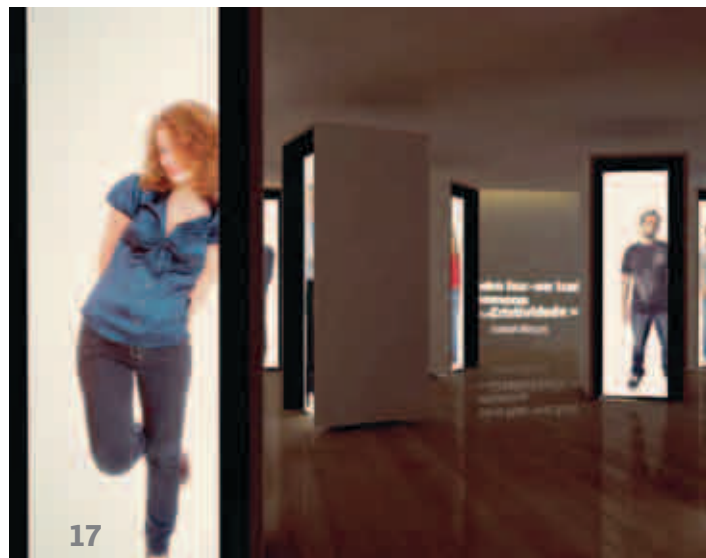
O Museu do Dinheiro assume como prioridade o contacto com vários segmentos de público, investindo para o efeito na programação educativa e cultural; em concreto, um programa com forte ligação à comunidade, que pretende também incentivar projetos locais, a educação e formação, parcerias e a nova criação artística nacional.



Imagens virtuais |
Maqueta do Museu do Dinheiro



Moeda (240 Reais) | D. Manuel I (1495-1521) | Casa da Moeda de Goa | Ouro





Porta de casa-forte



A porta, com cerca de sete toneladas, está colocada na parede que separa a nave central da antiga Igreja de São Julião do Museu do Dinheiro.

A porta de casa-forte é um elemento de referência no espaço do museu, criando uma ligação simbólica entre o espaço – a nave central da igreja – e a temática do museu – o Dinheiro. Esta porta estava colocada na antiga casa-forte onde, durante muitos anos, se guardaram as reservas de ouro do país. A porta foi fabricada pela empresa norte-americana York Safe & Lock e adquirida pelo Banco em 1932. Esta empresa, famosa nos inícios do século XX pela qualidade dos cofres que produzia e exportava, veio a sofrer enormes perdas em consequência da Grande Depressão. Durante a Segunda Guerra Mundial ainda manteve atividade, fabricando armamento pesado. Na década de 40 cessou a atividade.



Estacaria
pombalina



Reconstituição em 3D |
Ânfora





Arqueologia

Em 2010, uma equipa chefiada pelo arqueólogo Artur Rocha iniciou o projeto de arqueologia com escavações, que atingiram vários níveis de profundidade (até seis metros), na área da antiga igreja e em algumas zonas acessíveis dos edifícios da sede. Foram feitos vários achados com interesse histórico:

Nível moderno: Uma das descobertas mais emblemáticas, ainda que esperada, foi a estacaria pombalina, localizada especialmente nas fundações e paredes-mestras dos edifícios-sacrifício (e também na igreja). Esta estacaria (composta por estacas e grelha) está associada aos trabalhos de reconstituição da zona da Baixa após o terramoto de 1755.

Nível medieval: O principal achado da era medieval é o troço da muralha de D. Dinis, junto ao qual foram encontrados vestígios de paredes meias e de pavimentos de casas construídas.

Nível romano: Foi recolhido espólio com bastante interesse histórico, por exemplo, pedaços de ânfora (recipientes de transporte de alimentos). A análise da origem (algumas com marcas de oleiro) e do conteúdo destas ânforas poderão dar informação sobre produtos transacionados e sobre a relevância de Lisboa nas rotas comerciais dessa época.

Necrópole

Na nave central e nas alas norte e sul da antiga igreja foram encontrados vários enterramentos, realizados até à primeira metade do século XIX, não havendo nestes nenhuma lógica espacial associada a género ou condição social. Não foram descobertas lápides, e apenas em alguns casos os enterramentos foram feitos em caixão. Foram também descobertos alguns ossários, entre os quais um com 63 indivíduos e um outro com 43 (incluindo neste último algumas inumações completas, o que pode indiciar um enterramento massivo, provavelmente em virtude de uma epidemia).





História do edifício

De polo comercial e financeiro internacional do século XVI a sede do banco emissor no final do século XIX, o local onde se encontra a sede do Banco de Portugal foi, ao longo de muitos séculos, uma zona de forte atividade comercial e financeira.

No século XVI, Lisboa era uma das mais importantes praças comerciais do mundo, a partir da qual os produtos oriundos da Índia, de África e das Américas eram escoados para os mercados europeus. O Terreiro do Paço afirmava-se, então, como um dos pontos centrais da vida social e política de Lisboa e estava ligado ao interior da cidade pelos pequenos arcos da antiga cerca amuralhada, abertos no lado norte da praça. Um destes arcos permitia a ligação direta à Rua Nova dos Mercadores ou dos Ferros, a mais importante e ativa via pública, verdadeiro centro económico e financeiro da metrópole, e que hoje corresponde à Rua do Comércio. Esta rua extensa, colorida e movimentada, era ladeada por galerias porticadas que albergavam lojas e estabelecimentos comerciais. Na Rua Nova dos Mercadores, fixaram-se vários cambistas. Na mesma rua localizava-se a Casa da Moeda, ocupando parte da área onde hoje é a sede do Banco de Portugal.

Todavia, o Banco de Portugal viveu o primeiro quarto de século em casa alugada, mais precisamente numa parte do edifício da Câmara Municipal de Lisboa, pela qual pagava, em 1862, a quantia de 1.418\$250 réis. Na noite de 19 de novembro de 1863, um violento incêndio destruiu grande parte do edifício da Câmara. Como solução de emergência, o Banco de Portugal manteve-se instalado na parte do edifício camarário que escapara à devastação.

Mas tornou-se evidente que a solução não seria duradoura. Começaram então os esforços para encontrar novo local para o Banco, que então contava com 41 funcionários, tendo como objetivo ficar instalado no coração do centro comercial e financeiro, próximo da Praça do Comércio. A escolha acabou por recair em dois prédios contíguos situados na Rua do Ouro, n.ºs 17 a 37, tornejando para a Rua Nova D'El-Rei (hoje Rua do Comércio), n.ºs 142 a 148, e Rua de São Julião, n.ºs 155 a 161, pertencentes ao Conselheiro José Joaquim Reis e Vasconcelos, um conhecido político lisboeta e amigo do Duque de Palmela e de Alexandre Herculano. Pela escritura de 11 de setembro de 1868, foi ajustado um preço de 50 contos de réis em dinheiro e 24 títulos de 5 ações cada do Banco de Portugal, no valor de 10.800\$000 réis.

Os prédios adquiridos eram constituídos por lojas e habitação e, no momento da compra, albergavam 12 inquilinos comerciais e 6 residenciais. As obras de remodelação, a cargo do arquiteto Miguel Evaristo da Silva Pinto, foram consideráveis e duraram cerca de ano e meio, tendo custado quase tanto como o prédio, ou seja, 45.464\$942 réis. Delas resultou uma área útil total de 420 metros quadrados, cuja ocupação se verificou a 28 de março de 1870. A solução não era, no entanto, definitiva. O Banco de Portugal viria a conhecer uma expansão tal que, a prazo, novas aquisições de casas seriam necessárias. Ao longo dos anos, foi adquirindo os prédios contíguos. Com a compra da Igreja de São Julião, em 1933, o Banco ficou na posse de todo o quarteirão.

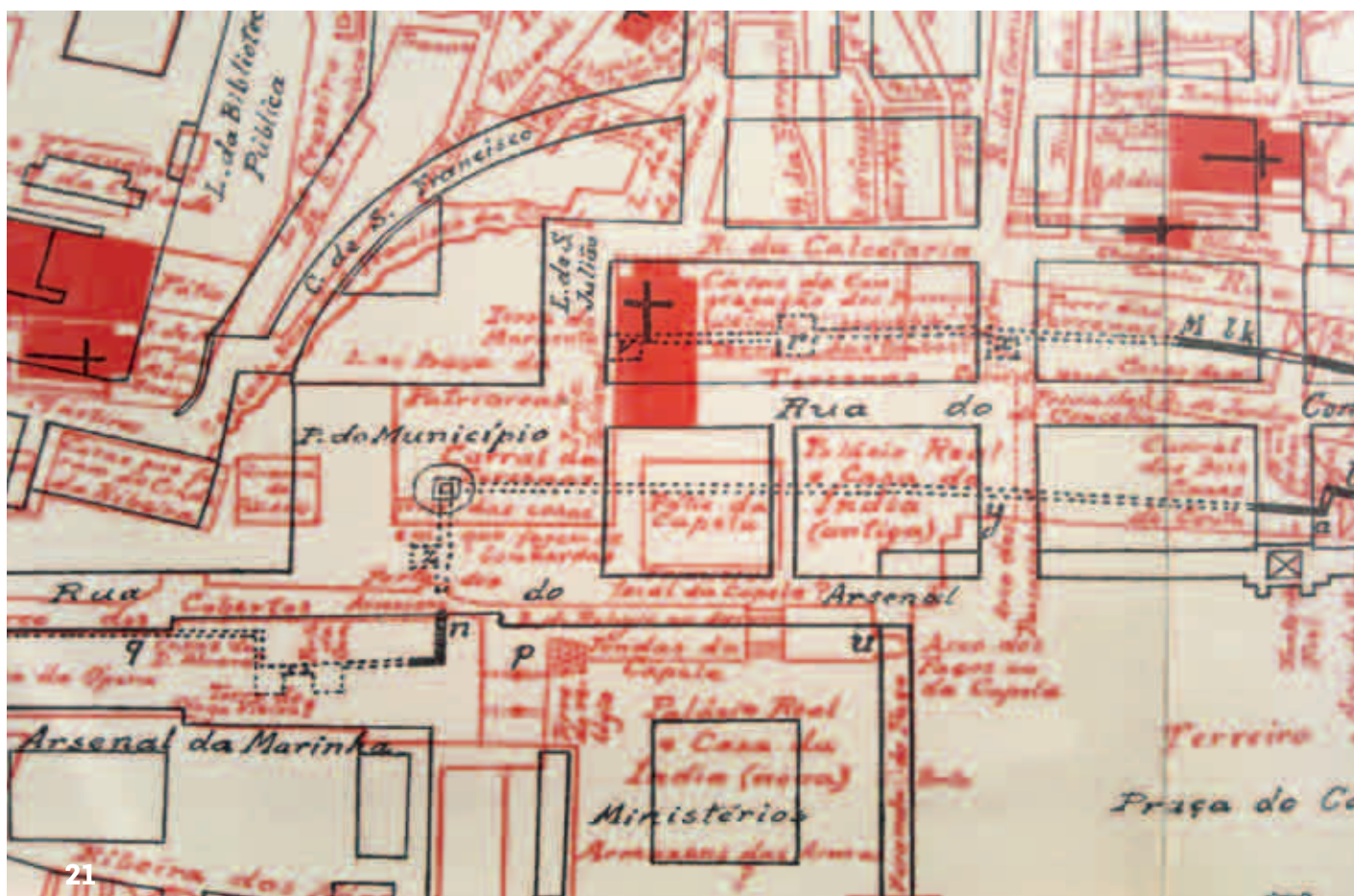


A Igreja de São Julião

No século XVII, a Igreja de São Julião não se encontrava no local que ocupa hoje, mas sim a norte da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira (cruzamento da Rua de São Julião com a Rua Augusta). Com a destruição causada pelo terramoto de 1755, a igreja foi reconstruída em terrenos que parcialmente tinham sido ocupados pela Patriarcal de D. João V, igualmente arrasada pela catástrofe. A Igreja Patriarcal, do início do século XVIII, foi uma das maiores e mais luxuosas igrejas de Lisboa. Segundo referências históricas, foi ornada com ouro proveniente do Brasil no reinado de D. João V. Esta igreja encontrava-se orientada a sul, contrariamente à tradição das igrejas da mesma época.

A reconstrução da Igreja de São Julião foi concluída em 1810. Seis anos depois, um incêndio destruiu as cantarias e o recheio do templo, que teve de sujeitar-se a novas obras de reconstrução, as quais se prolongaram até 1854. Na capela-mor foram utilizadas cantarias provenientes da capela-mor da igreja inacabada do extinto Convento de São Francisco.

Ao longo da obra atual, efetuaram-se escavações no espaço da igreja e picagens de paredes para detetar os métodos e sequências construtivas da igreja. Deste modo, foi possível perceber que houve reaproveitamento de materiais antigos.

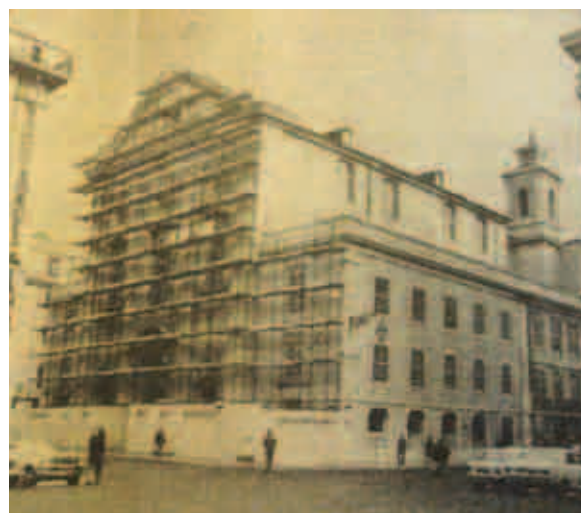




Reconstituição 3D da primitiva igreja de São Julião, pré-terramoto



Numeração das cantarias para a então projetada transferência da igreja para outro local, 1974



Igreja de São Julião

O Banco e a antiga Igreja de São Julião

Em 31 de maio de 1910, o Conselho Geral do Banco de Portugal decidiu comprar a antiga Igreja de São Julião e seus anexos e dar início imediato ao estudo do seu aproveitamento. De 1910 a 1933 decorreram as negociações entre o Banco de Portugal e a Arquiconfraria de São Julião, para a efetivação da referida compra.

Em 7 de junho de 1933, foi celebrada a escritura de compra e venda do edifício da antiga igreja entre a Arquiconfraria de São Julião e o Banco de Portugal pela quantia de dez milhões de escudos.

Em 30 de novembro de 1938, o Banco submeteu à Câmara Municipal de Lisboa (CML) um anteprojecto elaborado pelo arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, a fim de substituir por um único prédio os diversos edifícios que constituíam o conjunto da sede e da antiga Igreja de São Julião e anexos. Esse conjunto abrangia o quarteirão delimitado pelas Ruas do Ouro, do Comércio e de São Julião e pelo Largo de São Julião. Todavia, esse requerimento não teve resposta favorável da edilidade.

Entre 1965 e 1970 o Banco elaborou dois projetos separados de aproveitamento deste espaço:

- Elevação de mais um piso, que foi aprovado pela CML em 3 de dezembro de 1971;
- Aproveitamento da zona ocupada pela antiga Igreja e sua integração em edifício único, aprovado pela CML em 1973, tendo sido concedida a respetiva licença de demolição do edifício, com a condição de que ela fosse antecedida pela numeração das pedras, o que indicava uma possível reconstituição noutro local.

Os trabalhos iniciados, apesar das vozes de protesto contra a destruição da Igreja, foram suspensos em finais de 1974 devido a nova orientação camarária após o 25 de Abril.

O Banco decidiu aproveitar os espaços disponíveis para áreas técnicas, casas fortes, arquivos e, ainda, estacionamento temporário para cargas e descargas de materiais, equipamentos e pessoas.

A obra da Sede em números



4000

desenhos de projeto



+100 000

fragmentos cerâmicos



+300

exumações



15 000

toneladas de produtos de demolição



274

m³ de madeira



532

toneladas de aço



2877

m³ de betão



+2000

peças que trabalharam *in situ*



+900

dias de duração da obra



1600

m²



1

acidente de trabalho com hospitalização

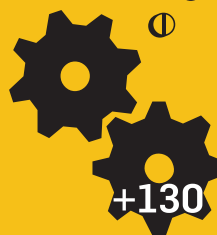


11 871

horas de trabalho



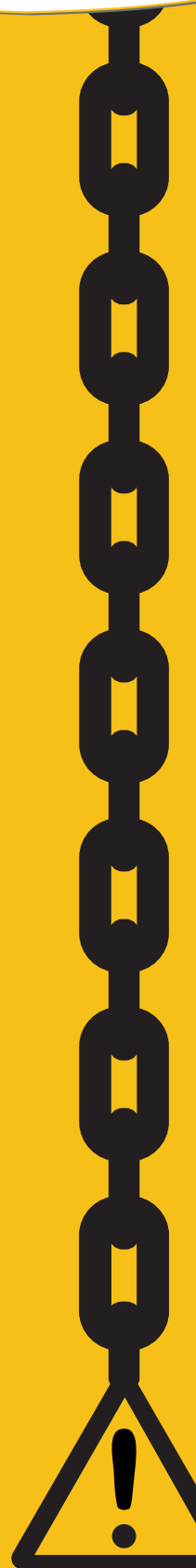
visitas à obra



+130

empresas contratadas

ordens dos engenheiros
e dos arquitetos
faculdades da especialidade
European Museum
Advisors Conference





Banco de Portugal
EUROSISTEMA